

# PROCESSO Nº 01347/2020 PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº \_\_\_\_\_\_

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E ENERGIA ELÉTRICA EM FINAIS DE SEMANA E VÉSPERAS DE FERIADOS, BEM COMO EM QUALQUER DIA NO PERÍODO DE ESTADO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – MG.

O PREFEITO DE UBERLÂNDIA,

A Câmara Municipal de Uberlândia decreta:

### C A P Í T U L O DO SEGURO DE GARANTIA

ī

- **Art.** Iº Fica proibido às concessionárias de fornecimento de água tratada e energia elétrica, o corte do fornecimento dos respectivos serviços no Município de Uberlândia, por motivo de inadimplência de seus clientes, das 12:01 (Doze horas e um minuto) horas de sexta-feira até às 08:00 (oito) horas da segunda-feira subsequente.
- § 1º A presente proibição de corte de serviços se estende, também, às 12:01 (Doze horas e um minuto) horas do último dia útil antecedente a qualquer feriado (nacional, estadual ou municipal) e ponto facultativo até às 08:00 (oito) horas do primeiro dia útil subsequente.
- § 2º A suspensão do fornecimento de água tratada e energia elétrica por falta de pagamento das tarifas respectivas somente poderá ocorrer mediante prévia comunicação por parte da empresa prestadora do serviço ao usuário.
- **Art. 2º** As concessionárias devem ter a opção de, em caso de corte do fornecimento dos serviços essenciais elencados nessa lei, do retorno do fornecimento, em caso de pagamento comprovado, de até no máximo três horas.



#### PROCESSO Nº 01347/2020

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA №
----------------------------

§1º A concessionária fica autorizada a cobrar uma taxa de serviço, compatível com a execução do serviço.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a fiscalizar a cobrança dessas taxas, afim de evitar cobranças abusivas.

**Art. 3º** Fica proibido às concessionárias de fornecimento de água tratada e energia elétrica, o corte do fornecimento dos respectivos serviços no Município de Uberlândia, por motivo de inadimplência de seus clientes, enquanto durar o estado de emergência em saúde pública causada por alguma Epidemia à nível Municipal ou Estadual ou Pandemia.

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, definindo a forma e o valor das sanções a serem aplicadas às concessionárias, em caso de descumprimento.

Art. 5º Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ver. Leandro Neves Vereador



PROCESSO Nº 01347/2	020
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº	

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo evitar a interrupção do fornecimento de água tratada e energia elétrica em vésperas de feriados, nas sextas-feiras, nos finais de semana (sábado e domingo) e nos feriados, uma vez que contraria o Código de Defesa do Consumidor. Nos finais de semana, as agências bancárias e as próprias concessionárias encontram-se fechadas. Nas vésperas de alguns feriados, o horário de expediente é reduzido, o que impede que o consumidor, ao constatar a efetiva suspensão do serviço, quite a dívida e resolva seu problema de imediato. Ora, as concessionárias de serviços essenciais, como fornecimento de água, luz, possuem instrumentos legais à sua disposição para, inclusive, programar a interrupção do fornecimento, quando for o caso, no decorrer da semana, o que permite ao consumidor tempo e condições de quitar seu débito e promover a reinstalação do serviço interrompido, sem maiores sobressaltos ou prejuízos. Considerando que os serviços de fornecimento de água e energia elétrica são considerados "serviços essenciais", segundo precedentes do Superior Tribunal de Justica, a suspensão desses servicos deve ser feita, quando for o caso, de modo a viabilizar a possibilidade de imediato pagamento e também do pronto retorno do fornecimento. Os consumidores, mesmo inadimplentes, devem ser preservados dos constrangimentos desnecessários, sendo certo que uma situação que perdure por muitos dias ultrapassa o limite do razoável, podendo acarretar inúmeros prejuízos como, por exemplo, a perda de alimentos por falta de refrigeração, danos à saúde e impedimento de hábitos saudáveis, tudo isso em virtude da interrupção destes serviços básicos. Quando, entretanto, tal interrupção é feita às vésperas do final de semana, ou de feriados, isso significa, no mínimo, dois dias sem acesso a serviços básicos e essenciais para a vida moderna. Não há dúvidas do papel desempenhado pela água encanada e energia elétrica no nosso dia a dia, e a sua interrupção, por períodos longos, pode acarretar danos, inclusive à vida do consumidor. Lembremos, também, que os consumidores de tais serviços, já são penalizados com tarifas altas, e o que se propõe, no presente Projeto de Lei, é que as concessionárias ajustem seus cortes para dias específicos, dando chance ao consumidor, principalmente o de baixa renda, que são em sua maioria os clientes passíveis da situação de corte por inadimplência, de quitar ou negociar seus débitos. Também, evitando a interrupção do fornecimento de água tratada e energia elétrica durante todo o período de estado de emergência em saúde pública, pois causa impactos no cotidiano da sociedade, especialmente na redução da atividade econômica, levando a queda da renda das famílias, desemprego em massa e falta de acesso a recursos mínimos de sobrevivência e higiene. Não há dúvidas que o fornecimento de água e luz dispensa qualquer explanação quanto ao seu caráter essencial, inclusive a suspensão desses serviços podem agravar a pandemia ou mesmo tornar inviável medidas como distanciamento social cabendo aos órgãos competentes assegurar o seu fornecimento em caráter geral, diante da situação pela qual passa o País. Diante de tudo isso e, principalmente, em respeito ao princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, é que apresento o presente projeto, esperando contar com o apoio dos eminentes Pares, para a sua aprovação.



# PROCESSO Nº 01347/2020 PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº \_\_\_\_\_

Ver. Leandro Neves Vereador